

The background features several abstract blue line drawings. At the top, there are three separate curved lines, each with two solid blue dots. In the lower half, there are two larger circular motifs, each consisting of a solid blue dot surrounded by a dashed blue circle. A long, sweeping blue line curves across the middle of the page, passing behind the main text.

**A pesquisa e o ensino em
Arquivologia:**

**Perspectivas
na era digital**

Organizadores:

Thiago Henrique Bragato Barros

Roberto Lopes dos Santos Jr

Gilberto Gomes Cândido

THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS
ROBERTO LOPES DOS SANTOS JUNIOR
GILBERTO GOMES CÂNDIDO
Organizadores

**A PESQUISA E O ENSINO EM ARQUIVOLOGIA: PERSPECTIVAS NA ERA
DIGITAL**



BELÉM, PA
2019

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos. Proibida a venda.

Comissão Organizadora

Thiago Henrique Bragato Barros (Presidente)
Robero Lopes dos Santos Jr
Gilberto Gomes Cândido

Presidente da Comissão Científica

Roberto Lopes dos Santos JR (UFPA)

Conselho Editorial/Comissão Científica

Alzira Sá (UFBA)	Paulo Roberto Elian dos Santos (FioCruz)
Ana Maria Camargo (USP)	Priscila Gomes (UNIRIO)
André Malverdes (UFES)	Renato de Mattos (UFF)
Angelica Marques (UNB)	Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UNB)
Anna Carla de Almeida Mariz (UNIRIO)	Telma Campanha Carvalho (UNESP)
Clarissa Moreira dos Santos Schimidt (UFF)	Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Eliete Correia dos Santos (UEPB)	Welder Silva (UFMG)
Fernando de Assis Rodrigues (UFPA)	
Ivana Parrela (UFMG)	
Josemar Mello (UEPB)	
Luciana Heymann (FGV)	
Marcia Pazin (UNESP)	
Margarete Farias de Moares (UFES)	
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)	
Mariana Lousada (UNIRIO)	
Moises Rockembach (UFRGS)	
Natalia Tognoli (UFF)	

Coordenação Editorial: Thiago Henrique Bragato Barros, Glenda da Rocha Monteiro, Leticia Lima Sousa.

Capa: Máira Fernandes Alencar

Revisão textual: os autores

A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital
/ [Organizado por] Thiago Henrique Bragato Barros, Roberto Lopes dos Santos Junior, Gilberto Gomes Cândido. – Belém: Ed. da UFPA, 2019.
324: il.

Livro eletrônico.

978-85-61214-37-1 ISBN

Conteúdo: **Eixo 1:** A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um - **Eixo 2:** Tendências da preservação eletrônica e digital - **Eixo 3:** Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado – **Eixo 4:** Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea – **Eixo 5:** Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira.

1. Arquivologia 2. Documentos arquivísticos 3. Ensino de arquivologia I. Barros, Thiago Henrique Bragato, *org.* II. Santos Junior, Roberto Lopes, *org.* III. Cândido, Gilberto Gomes, *org.*

CDD – 020

Bibliotecária Leticia Lima de Sousa – CRB2-1549

PREFÁCIO

A Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), trata-se acima de tudo de um espaço de articulação científica, pedagógica e política da Arquivologia. Um espaço construído e conquistado por essa comunidade que, apresenta em sua sexta edição indícios de sua consolidação. Assim, desde seu primeiro encontro tem procurado, discutir, evidenciar e trabalhar os principais aspectos da pesquisa e do ensino em Arquivologia, mantendo em mais uma edição essa prática.

Nesse cenário, tem-se a realização do VI Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia na Universidade Federal do Pará, sob o tema “A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital” ocorrida em setembro de 2019, na cidade do Belém-PA, sendo o primeiro encontro de cunho acadêmico-científico realizado na região Norte do país na área de Arquivologia, o que representa um marco para área.

O tema concatenado pelos organizadores visou discutir perspectivas recentes da área digital no contexto do ensino e pesquisa, consolidando a Arquivologia em uma realidade focada em novos paradigmas informacionais e tecnológicos evidenciados em conceitos como “arquivística pós-custodial” e “Arquivística pós-moderna”, expandindo as visões gerenciais e históricas vigentes no campo desde a segunda metade do século vinte. Seja no âmbito teórico, profissional, mas, principalmente, no ensino e pesquisa, a Arquivologia busca novas metodologias, interpretações e abordagens que permitam sua constante renovação e adaptação a esse cenário complexo que, de forma incessante, desafia a área no atual cenário.

Ao longo dos trabalhos aqui publicados, é possível perceber, mais do que nunca, a presença das discussões no âmbito da pesquisa e do ensino, sinalizando a consolidação do motivo pela qual a REPARQ foi criada.

Agradecemos também aos apoios da CAPES, UFPA e Fadesp para a realização do evento.

Ao longo da leitura dos trabalhos convidamos todos a discussão, reflexão e aprimoramento das mais variadas questões em nosso campo de conhecimento.

Thiago Henrique Bragato Barros

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal do Pará

Novembro/2019

SUMÁRIO

A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um

Análise de domínio: um estudo nos anais da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).....	9- 19
A identificação de funções e tipos documentais na Classificação de documentos de arquivo: o caso do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/FIOCRUZ	20- 29
Classificação, descrição e indexação em arquivos: diferenças e aproximações possíveis	30- 40
Informação, documentos, arquivos e repositórios: mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde	41- 48
Os arquivos pessoais na comunicação científica brasileira: um mapeamento dos encontros científicos nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação	49- 57
Inusitado, mas possível: estudo diplomático de recortes de jornal	58- 68
Competência em Informação e Arquivologia: Relato de pesquisa	69- 79
A Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística: possíveis interseções	80- 90
A nova morfologia da Arquivologia no século XXI: o microscópio da justiça social dos arquivos, responsabilidade e democracia	91- 96

Tendências da preservação eletrônica e digital

Diplomática Digital: uma nova abordagem?	98- 107
Identificando ligações entre o Records in Context e o Records Continuum: análise da multidimensionalidade comum aos modelos	108- 116

Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado

Recomendações para a implantação do sistema de arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro	118- 127
Contribuições arquivísticas para a segurança do paciente	128- 135
Proteção aos documentos analógicos e digitais: a legislação e o caso do INSS	136- 146
A linguagem do indizível: contribuições para organização de acervos de dança	147- 156
Dimensões contextuais e requisitos que indicam a possibilidade de registro de informações pessoais nos documentos arquivísticos	157-172
Análise do Cenário Institucional e Arquivístico do Arquivo Público de Macaé: novas discussões para antigos problemas	173- 183

Instrumentos de classificação propostos pelo Conarq e pelo Senado Federal: uma análise comparativa a partir da produção documental	184- 194
--	-----------------

Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea

O ensino das disciplinas das áreas de Cultura, Memória e Patrimônio Cultural na Arquivologia: Um balanço de dez anos de experiência	196- 203
Arquivo e Educação: Diálogos e Possibilidades	204- 212
Presença de disciplinas sobre usuários nos cursos de Arquivologia brasileiros	213- 220

Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira

A Trajetória Histórico-Curricular do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)	222- 232
A formação do profissional Arquivista e o ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos	233- 242
A Educação à Distância e o Ensino na Arquivologia: Possibilidades e desafios na graduação ...	243- 250
Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos: uma análise a partir da visão dos egressos	251- 260
O Ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital: O caso do curso de Arquivologia da UFES	261- 269
Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação em Arquivologia: relato de experiência de projeto integrado	270- 278
(Re)pensar o currículo: a experiência de revisão curricular do curso de Arquivologia da UFMG..	279- 288
Perfil acadêmico dos integrantes do grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (EPARQ) A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa.....	289- 303
A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa	304- 314
Ensinando Paleografia no Século XXI: um relato de experiência	315- 325

Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado

Management of analog and digital archival records in the public and private spheres

Análise do Cenário Institucional e Arquivístico do Arquivo Público de Macaé: novas discussões para antigos problemas

Analysis of institutional and archival scenario of the Macaé Public Archive: new discussion of problem old

Prof. Dr. José Maria Jardim¹ (1), Prof^a Dr.^a Mariana Lousada² (2) Ms. Juliana Loureiro Alvim Carvalho (3)

(1) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Av. Pasteur, 458 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, 22290-240, jardimbr@gmail.com. (2) marianalousada@hotmail.com. (3) Universidade Federal Fluminense - R. Tiradentes, 17 - Ingá, Niterói - RJ, 24210-510, juliana_alvimifyou@yahoo.com.br

Resumo

Esta comunicação é resultado da pesquisa de mestrado cujo tema refere-se ao Arquivo Público de Macaé no contexto da situação das instituições arquivísticas públicas brasileiras, especialmente dos arquivos públicos municipais. Os objetivos são: identificar e analisar o cenário arquivístico e institucional do Arquivo, reconhecê-lo no escopo do Poder Executivo Municipal, bem como suas atribuições; analisar a estrutura político-jurídica e técnico-arquivística do Arquivo Público, a partir dos marcos legais no período de 2005 a 2016; e mapear os procedimentos arquivísticos existentes no Arquivo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que compreende as seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica a respeito da história dos municípios como entes federativos após a Constituição de 1988, no intuito de compreender o município de Macaé; b) pesquisa e análise documental nos dispositivos legais produzidos pelo poder público com relação ao Arquivo Municipal e c) aplicação de instrumentos de coleta de dados. Pode-se concluir que, apesar da existência de aparatos legais referentes à questão documental, o Arquivo de Macaé necessita de maior institucionalidade, a fim de exercer suas funções nos termos da Lei 8.159 e do que se concebe como missão de uma instituição arquivística.

Palavras-chave: Arquivo Público Municipal; Município; Macaé; Instituições Arquivísticas; Gestão de documentos.

Abstract

This communication is the result of a Master's Degree research that aims to examine the Macaé Public Archive in the context of Brazilian public archival institutions, especially municipal archives. The objectives of this communication are: identify and analyse the archival and institutional setup of the Macaé archive, examine its role within the scope of the Municipal Executive Office, analyze its technical-archival and political-archival framework based on legislation from 2005 to 2016, and finally map its existing archival procedures. It is a qualitative analysis that comprises the following steps: a) bibliographical research on the history of municipalities as federal entities after the new Federal Constitution of 1988, in order to understand the Macaé municipality; b) documentary analysis and research of the legislation from 2005 to 2016 created by the government in relation to the Municipal Archive, and c) the use of data collecting instruments. The conclusion is that despite the existing legal apparatus, the Archive still needs to improve its institutional, in order to be able to accomplish its assignments as per Law no. 8.159 as well as what is commonly expected as the mission of an archival institution.

Keywords: Municipal Public Archive; Macaé; Archival Institutions; Records management.

1 Introdução

No Brasil, o acesso à informação pública, muitas vezes, acaba sendo destoante dos locais de custódia dos documentos. Isso significa que há discussões recentes acerca da transparência, do *accountability* e de outros requisitos que contribuem para a noção de uma boa governança informacional [1], mas é necessário salientar a importância da existência de uma política arquivística que ampare a gestão, a guarda, a conservação e a eliminação dos documentos.

No artigo do professor Dr. José Maria Jardim, denominado “De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal”, observam-se a inexistência de uma política de arquivos, bem como

grande desconhecimento sobre a adoção de políticas arquivísticas por parte dos diversos órgãos dessa esfera do poder.

Apesar de o Brasil dispor de uma Lei que contemple os arquivos públicos e privados, a realidade de algumas instituições arquivísticas públicas é complexa, no que tange à ausência de recursos tecnológicos, humanos e materiais. Fato esse verificado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) [2], a partir de uma pesquisa realizada em 2008, com o intuito de conhecer a situação arquivística dos estados e dos municípios brasileiros.

O Plano Setorial de Arquivos (2016-2026) elaborado pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) previu a criação de um arcabouço básico para o cumprimento da legislação arquivística e de uma política integrada ao Governo Federal com o Distrito

Federal, Estados e Municípios. Esse documento apresentou como um dos indicadores a existência de apenas 250 arquivos municipais, sendo que, na época, o Brasil contava com 5.565 municípios. No plano, foi mencionado que os documentos arquivísticos produzidos nos municípios não contam com tratamento arquivístico adequado e o acesso à informação é escasso.

Atualmente, há aproximadamente 5.570 [3] municípios. Poucos são os que apresentam arquivos organizados e dotados de políticas arquivísticas, como mencionado nas pesquisas apresentadas acima, o que demonstra uma realidade bem preocupante com relação ao direito à informação pelos cidadãos

Vale lembrar que, para compreender as instituições arquivísticas municipais, é imprescindível conhecer a conjuntura dos municípios, estabelecidos após a Constituição de 1988, pois os municípios tornaram-se autônomos para se organizarem no que diz respeito à saúde, educação, cultura, assistência social, segurança alimentar, moradia, meio ambiente e patrimônio histórico. Fato esse descrito na Lei Orgânica, um instrumento legal que sedimenta e descreve as funções municipais, conforme ressaltado no art. 29 da Constituição Federal de 1988.

Nessa perspectiva, este trabalho refere-se a uma realidade arquivística municipal no contexto da situação das instituições arquivísticas públicas brasileiras, especificamente o Arquivo Público de Macaé. A escolha por esta delimitação temática de pesquisa ocorreu devido ao interesse em investigar a situação arquivística (atual e passada) do Arquivo mencionado. Para isso, foi importante traçar os seguintes objetivos: 1) identificar e analisar o cenário arquivístico e institucional do Arquivo; 2) identificá-lo no escopo do Poder Executivo Municipal, bem como suas atribuições; 3) analisar a estrutura político-jurídica e técnico-arquivística do Arquivo Público, a partir dos marcos legais, no período de 2005 a 2016; e 4) mapear os procedimentos arquivísticos existentes no Arquivo.

Justifica-se a pertinência do tema por dois fatores relevantes: 1) a importância dos arquivos municipais no contexto nacional; 2) a inserção da pesquisadora, na época, como servidora/arquivista do Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé, fato esse que possibilitou perceber a relevância do Arquivo daquela localidade e as problemáticas existentes; e 3) a quantidade notável de aparatos legais aprovados pela Câmara sobre a institucionalização do Arquivo Público de Macaé e suas funções como órgão do Executivo Municipal.

O recorte temporal analisado refere-se aos onze anos (2005-2016) da criação do Arquivo Público, na época denominado como Arquivo Geral. Considerando-se esse marco temporal, questionou-se: como ocorre o recolhimento, o processamento técnico-arquivístico e o acesso aos documentos sob custódia do Arquivo Público

de Macaé? Os marcos legais são cumpridos e contemplam as necessidades do Arquivo Público? Os aparatos legais produzidos a partir da criação do Arquivo auxiliaram a gestão de documentos e o acesso à informação?

Adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, com a finalidade de responder os questionamentos acima. Os métodos empregados foram: 1) revisão da literatura arquivística sobre instituições arquivísticas e arquivos municipais; 2) pesquisa e revisão bibliográfica a respeito da história dos municípios como entes federativos após a Constituição de 1988, no intuito de compreender o município de Macaé; 3) levantamento, pesquisa e análise documental dos marcos legais produzidos (2005-2016) pelo poder público com relação ao Arquivo Municipal; e 4) a aplicação de dois instrumentos de coleta de dados (um questionário e um roteiro de entrevista com questões fechadas e abertas - aplicados junto ao atual e ao antigo coordenador do Arquivo Público, respectivamente).

No que concerne às fontes documentais pesquisadas, tratam-se de registros institucionais escritos em formato de leis, decretos e portarias, que foram localizados no *site* da Prefeitura Municipal de Macaé, assim como no Portal Transparência do município.

As perguntas formuladas nos dois instrumentos de coleta de dados foram baseadas na obra *“Guía para la encuesta sobre los sistemas y servicios de la gestión de documentos y la administración de archivos: un estudio del Records and Archives Management Program (RAMP)”* (EVANS; KETELAAR, 1983). Os autores apresentam um diagnóstico estruturado em nove eixos: apresentação geral; legislação e normas; recursos humanos; recursos financeiros; edifício e materiais; fundos e processos de trabalho; serviços oferecidos e centros de documentação. Além disso, outros diagnósticos realizados em serviços arquivísticos corroboraram como leituras auxiliares para a confecção dos instrumentos.

Esta comunicação estrutura-se em seis partes. As primeiras delimitam o quadro teórico-conceitual de fundamentação da pesquisa e as últimas descrevem o campo empírico deste trabalho, bem como as considerações.

2 A formação das instituições arquivísticas e a noção de instituições arquivísticas

A história das instituições arquivísticas como auxiliares da administração pública remontam ao período da Revolução Francesa, que se constituiu em um marco para a arquivologia e para a formação dessas instituições. A luta por inúmeros direitos proporcionou a ascensão da burguesia, enfraquecendo o poder da Igreja e do Estado Absolutista. Além disso, permitiu a

centralização e o acesso aos documentos por meio da criação do Arquivo Nacional da França, em 1790, na intenção de o Estado manter sua memória reconhecida. Segundo Marques (2013, p. 46), “a criação do Arquivo Nacional na França marca o surgimento das instituições arquivísticas, como o estabelecimento central dos arquivos do Estado”.

No Brasil, o Arquivo Nacional (AN) foi criado em 1838 e denominado Arquivo Público do Império. Apesar de sua institucionalização datar do ano de 1838, a Constituição de 1824, no capítulo IV – Da Proposição, Discussão, Sanção, e Promulgação das Leis, faz alusão ao Arquivo como responsável pela guarda das leis.

As instituições arquivísticas foram o lócus da produção de conhecimento arquivístico, ou seja, emergiram conhecimento técnico que sedimentaram o campo arquivístico, a partir das dificuldades encontradas na organização dos documentos, como, por exemplo, no século XIX, com o surgimento do Princípio de Respeito aos Fundos (1841) e o Manual dos Arquivistas Holandeses (1898). Nesse período é notória a aproximação da arquivologia como disciplina auxiliar da história, o que perdurou, em parte, até a II Guerra Mundial.

No século XX, após a II Guerra Mundial, com o aumento significativo da produção de documentos, a arquivologia se reconfigurou como disciplina, aproximou-se da administração e tornou-se um apoio executivo ao Estado. O formato da instituição arquivística é alterado, especialmente nos países anglo-saxônicos, com a emergência do conceito de gestão de documentos (*records management*) devido a alguns fatores elencados por Indolfo (2013, p.44).

O aumento significativo da produção documental com o incremento das atividades econômicas, sócio-culturais, governamentais, empresariais, entre outras, além da ampliação da produção, uso e difusão das informações registradas em novos suportes, como os magnéticos e os eletrônicos ou digitais. Os Estados Unidos, entre outros países anglo-saxônicos, são considerados pioneiros, desde os anos de 1940, na elaboração do conceito de gestão de documentos (*records management*).

A gestão de documentos está intrinsecamente associada à racionalização da produção documental e à sua eficácia. Surgida no fim de 1940, o conceito advém dos Estados Unidos e do Canadá, tornando-se a solução para resolver a problemática questão da produção documental em alta escala, advinda de mudanças econômicas e sociais de um mundo pós-guerra. Fato esse que modifica e amplia as vocações das instituições arquivísticas, que passam a ser responsáveis pela gerência de todo o processo de produção documental, não sendo restritas à custódia e à perpetuação da memória.

Referente à definição de instituição arquivística, não é apontada na Lei de Arquivos nº8.159, de 8 de janeiro de

1991. Em 2011, entretanto, a I Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ) [4] sugere revisão da lei mencionada, ao passo que, desde 2014, há um projeto de revisão aprovado pelo CONARQ, o qual insere uma proposta de conceito para instituição arquivística, como consta no Art. 17:

Aquela que tem por finalidade orientar, coordenar e acompanhar as atividades de gestão, recolhimento, preservação, acesso e divulgação dos documentos de arquivo produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos e entidades no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício de suas funções e atividades. (BRASIL, 2014).

O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-Arq) e o Plano Setorial de Arquivos (2016-2026) propuseram um conceito para instituição arquivística.

Jardim (2012) aponta que a noção de instituição arquivística requer maior densidade como categoria teórica e faz considerações sobre a associação entre arquivo público e instituição arquivística como termos sinônimos.

Nesta seção, buscou-se apresentar a formação de instituição arquivística e sua noção, porque a compreensão de tais fatores auxilia na construção de requisitos para a análise do Arquivo Público Municipal estudado.

2.1 Funções e características dos arquivos municipais

Para que seja possível compreender as funções e as características de um arquivo público municipal, é importante conhecer sua definição em dicionários do campo arquivístico.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, arquivo municipal é aquele órgão público “mantido pela administração municipal, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito” (BRASIL, 2005, p.33).

O Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado pela Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo, conceitua arquivo municipal como aquela “instituição responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta” (ARQ-SP,2012, p.23).

A Cartilha de Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais diz que o arquivo municipal é uma

instituição responsável pelos conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos municipais no exercício de suas atividades, ou seja, pelos poderes Executivos e Legislativos, representado, respectivamente, pela prefeitura e pela câmara dos vereadores, em decorrência de suas funções administrativas

e legislativas. São também públicos os conjuntos de documentos de caráter público produzidos e/ou recebidos por instituições privadas responsáveis pela prestação de serviços públicos. (CONARQ, 2014, p. 20).

Apesar da relevância dos arquivos públicos municipais brasileiros, conhece-se pouco sobre sua autoridade arquivística e sua capacidade de interagir com os cidadãos e com a administração pública municipal.

No Estado do Rio de Janeiro, há noventa e dois municípios e poucos dados sobre a existência de arquivos municipais, bem como a forma de sua organização. Em consulta ao *site* do CONARQ, especificamente nas entidades custodiadoras do Estado do Rio de Janeiro, localizaram-se apenas três arquivos municipais com o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ) [5], sendo eles: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Público e Histórico Municipal de Valença e Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.

Vale lembrar ainda que a ausência do CODEARQ de alguns arquivos públicos municipais não significa que a presença dessa instituição seja inexistente no município. Por exemplo, o Arquivo Público de Macaé, campo empírico deste trabalho, não possui CODEARQ mas é institucionalizado, de forma legal. Faz-se necessária, portanto, a construção de um censo dos arquivos municipais, para diagnosticar a realidade dessas instituições no Brasil.

Diante do exposto, analisar-se-á a compreensão dos municípios brasileiros, a fim de conhecer essas estruturas administrativas produtoras de documentos. Contextualizar o município como um ente federativo que emerge e se configura a partir da Constituição de 1988 auxilia na discussão abordada nesta seção.

3 Configurações do Município no Brasil: O Caso de Macaé

A forma de administração municipal foi característica de Roma e da Península Ibérica e, de acordo com Edmundo Zenha, “a autonomia destas entidades foi realmente um dos seus mais importantes predicados e efetivamente vigorava mesmo debaixo da dominação” (ZENHA, 1948, p.10).

Os municípios foram criados no Brasil desde a colonização como entidades político-administrativas e embasadas nas instituições romanas. Além disso, eles possuíam a intenção de reproduzir a ordem política da sociedade ibérica. As circunscrições administrativas eram elevadas à categoria de vilas e criavam-se as Câmaras Municipais. As vilas foram caracterizadas no Brasil como “as primeiras instituições regulares da nossa evolução político-social, primeiros passos da

Nação, células das Capitânias e do futuro do Estado” (BANDECCHI, 1983, p.10).

Outro ponto que requer compreensão é a instalação das Câmaras Municipais no Brasil, que foram inspiradas nas existentes em Portugal. As Câmaras tinham a finalidade de gerir os territórios brasileiros, divididos por capitânias hereditárias após o descobrimento.

As Câmaras Municipais se constituíam como extensão do poder local com a metrópole. Para Bandecchi (1983, p.28), “as Câmaras se organizavam de conformidade com a lei portuguesa”. Desta forma, atuavam como instâncias nas quais os “homens bons” [6] tomavam decisões e exerciam seus poderes sobre os demais colonos.

As Câmaras representavam poderes administrativos locais e submetidos à coroa portuguesa. Com relativa autonomia, elas tinham como função principal o gerenciamento das atividades comerciais, a prerrogativa de legislar, administrar, exercer competências judiciais, assim como garantir a defesa local.

Com relação à autonomia dos municípios, destaca-se a nova Constituição no Brasil, que foi elaborada no fim do século XIX, devido à proclamação da República em 1889. Nessa Constituição, mencionava-se o caráter federativo do país e no Art. 68 que “os Estados organizar-se-iam de forma que ficasse assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeitasse ao seu peculiar interesse” (BRASIL, 1891).

As Constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967 ressaltam certa autonomia nos municípios, em especial no que se refere a eleger os governantes, administrar o próprio território local e taxar impostos na municipalidade. Mas, foi a Constituição Federal de 1988 que concedeu ao município a autonomia de legislar sobre o seu próprio território.

Por conseguinte, os períodos do Império (1827 a 1889), do Estado Novo (1930 a 1945) e do Governo Militar (1964 a 1984) foram categóricos com relação ao poder hegemônico da União. Segundo Teixeira (2009 apud TEIXEIRA, 2012, p.61),

essa hegemonia era uma consequência das diversas facetas dos regimes autoritários levados a cabo no país, com a submissão da política de estados e municípios aos desígnios de um poder central.

A partir do exposto, faz-se necessário, na próxima subseção, analisar a configuração do município após a Constituição de 1988 e compreender sua autonomia como ente federativo.

3.1 A configuração do município após a constituição de 1988

O processo de descentralização dos municípios brasileiros com a nova Constituição Federal de 1988 foi

um fator pertinente a ser debatido, porque ofereceu autonomia no que diz respeito à gestão administrativa, conforme pode ser verificado no Art. 18: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 9).

O município, com a Constituição de 1988, passou a ter a função de elaborar a sua Lei Orgânica e eleger seus próprios governantes, ou seja, após o pacto federativo, a administração local conta com autonomia política, administrativa e financeira. Sendo a autonomia financeira a competência que o município possui para instituir e arrecadar os seus próprios impostos, enquanto a administrativa refere-se à capacidade de gerenciar o território local, ao passo que a política envolve propor políticas, legislar e prestar serviços públicos de interesse local.

A respeito da autonomia dos municípios, Soares e Espinosa (2013, p.2) ressaltam que:

Sob a égide da nova Carta Constitucional a realidade do Município sofreu grandes modificações. Essas modificações configuram-se, principalmente, nas mudanças ocorridas na distribuição dos recursos tributários e também no processo de descentralização de políticas públicas, que conferiu ao Município novas responsabilidades político administrativas para exercer com autonomia os assuntos relativos ao peculiar interesse local em decorrência de seu inédito papel no novo padrão de organização federativa que a Constituição implantou.

Com referência à nova configuração que o município adquiriu a partir da Constituição de 1998, Fonseca (1996, p.3) menciona que “o município constitui um espaço privilegiado das relações entre o Estado e a Sociedade Civil”. A administração do próprio território proporcionou ao município mais proximidade entre o cidadão e o poder local.

Diante do explicitado, o campo empírico deste estudo será analisado na próxima subseção.

3.2 O Município de Macaé: histórico e características econômicas, sociais, geográficas e políticas

A criação da Vila de São João de Macaé ocorreu por meio do Alvará de 29 de julho de 1813, constituiu-se como marco para o contexto histórico do município em questão e destacou-se na Legislação do Estado do Rio de Janeiro. Seu território foi desmembrado da Vila de Campos e da Cidade de Cabo Frio. Anteriormente a esse período, havia tentativas de povoamento pelos portugueses, na primeira metade do século XVI.

Entre as principais atividades econômicas desenvolvidas em Macaé destacam-se a pecuária, nos séculos XVI e XVII, o estabelecimento de canaviais, no século XVIII, e de cafezais, no século XIX.

No que diz respeito à formação administrativa do território macaense, ressalta-se a instalação da Câmara Municipal, que ocorreu em 22 de janeiro de 1814.

A Câmara de Macaé possuía por função o gerenciamento das atividades comerciais, a prerrogativa de legislar, administrar, exercer competências judiciais, assim como garantir a defesa local, fato verificado em um documento custodiado no Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé. Com data de 1815, o documento é uma solicitação de isenção ao cargo de juiz ordinário da Vila de São João de Macaé.

Ainda sobre o século XIX, percebe-se que o trabalho escravo era significativo no município em análise. “Macaé contava, segundo recenseamento realizado em 1872, com 35.000 habitantes dos quais foram matriculados 11.599 escravos” (PENHA, 2001, p.27).

No ano de 1846, por meio da Lei Provincial nº 364, de 15 de abril de 1846, Macaé foi elevada à condição de cidade, enquanto em 1910 foi instituída sua administração municipal.

No fim de 1970, com a exploração de petróleo pela Petrobras e por outras empresas, o município sofreu alguns impactos com o aumento da sua população. Atraídos pela esperança de um local melhor para novas oportunidades de trabalho, ou até mesmo por pessoas transferidas de empresas que se instalaram em Macaé, a localidade deixou de possuir características rurais e se tornou um centro urbano, o que não é característico apenas dessa municipalidade. Dowbor (2016, p. 24) resalta que “no Brasil, enquanto nos anos 1950 éramos predominantemente um país rural, em 2016 a população urbana atinge 85%. O país se tornou urbano”.

A respeito dessa nova configuração econômica do município de Macaé, Swatowski (2006, p. 15-16) discorre sobre os impactos trazidos pela instalação da Petrobras e o posicionamento dos antigos moradores daquela localidade

Isto porque a estatal pode ser considerada um agente que acelerou, bruscamente, o processo de crescimento e modernização da cidade, forçando um re-ordenamento espacial, social e de hierarquias. Os antigos moradores de Macaé, com os quais manteve maior contato, assistiram a uma rápida mudança da paisagem sem poder ficar na condição de meros espectadores. Foram impelidos a se encaixar, de alguma forma, num novo ritmo de vida, a remapear o espaço urbano e a lidar com uma população cada vez mais heterogênea – que tem crescido 4% ao ano (segundo estimativas do IBGE).

O município de Macaé foi um local próprio para descanso e com características naturais notórias até meados de 1970, em que se viu deparado com uma nova demanda - estruturar a cidade para ser um centro comercial. A rápida urbanização ocasionou diversos danos ao município e muitos deles são difíceis de aferir.

Na próxima seção, discutirá o cenário institucional do arquivo, objeto deste artigo.

4 Cenário Institucional: O Arquivo Público de Macaé

Um dispositivo legal não é sinônimo de uma política pública, porém é preciso levar em conta a legislação para realizar a análise do cenário no qual se insere uma instituição arquivística. O intuito desta seção é perceber se as decisões/ações do Poder Executivo Municipal de Macaé, realizadas em formato de mecanismos legais, contemplam a questão arquivística.

Ao longo dos onze anos, recorte temporal deste trabalho, foram publicados dispositivos relacionados ao Arquivo Público de Macaé e aos seus documentos.

O primeiro foi a Lei de Criação do Arquivo Geral de Macaé nº 051, de 2005. O aparato legal apresentou a finalidade do Arquivo, definição de protocolo e estrutura organizacional composta por: a) arquivo intermediário; b) arquivo permanente; c) apoio normativo e técnico; d) apoio cultural e e) apoio administrativo.

A avaliação de documentos no município foi prevista na Portaria nº 1.218/2005, publicada no jornal intitulado: O Diário- Diário de Macaé, do dia 11 de agosto de 2005. O prefeito da época nomeou os servidores relacionados, sob presidência do coordenador do Arquivo Geral, para constituírem a comissão encarregada de analisar e avaliar prazos para a implantação da Tabela de Temporalidade Documental (TTD).

No ano de 2006, foi publicada nova Portaria nº 512, de 2006, sobre a questão documental, que designou alguns servidores, também sob presidência do coordenador do Arquivo Geral, para constituírem a comissão responsável pela microfilmagem e digitalização de documentos do Arquivo Geral do Município de Macaé.

O Decreto nº 257, de 2009, intitulou alguns integrantes do Grupo de Trabalho para elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos, com novos membros e composta por um arquivista (atual coordenador do Arquivo Público), um técnico de arquivo (graduado em arquivologia) e sete outros servidores com formações diversas. O aparato supracitado foi substituído pelo Decreto nº 279, de 2009, que modificou cinco integrantes do grupo de trabalho.

A Lei Complementar nº 102, de 2008, dispôs sobre a criação do Arquivo Público do Município de Macaé, reafirmou-se a criação do arquivo com outra denominação, que foi vinculado à Unidade da Secretaria Municipal Especial de Planejamento e Gestão e estabeleceram-se outras funcionalidades, que não foram previstas na Lei nº 051, de 2005. Com relação às funcionalidades previstas na Lei nº 102, de 2008,

destacam-se: proceder à racionalização e à eficiência administrativa. Nesse sentido, a Lei destaca a gestão de documentos para como promotora da eficiência e faz alusão à utilização dos instrumentos de gestão, diferencia as fases documentais, assim como ressalta a importância de se constituir uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e propor uma política municipal de gestão de documentos.

Essa Lei traz uma nova nomenclatura para o Arquivo, antes denominado pela Lei nº 051, de 2005, como Arquivo Geral do Município de Macaé e atualmente identificado como Arquivo Público de Macaé.

Soma-se a isto, o Decreto nº 211, de 2011, que regulamentou o artigo 7º da Lei Complementar nº 102, de 2008, mencionada no parágrafo anterior, além de instituir a Tabela de Temporalidade dos documentos no âmbito da Administração Pública do Município de Macaé e aprovar o Termo de Eliminação de Documentos.

A Tabela de Temporalidade de Documentos, instituída pelo Decreto supracitado, traz em suas classes assuntos referentes às áreas meio e fim do executivo municipal de Macaé. Nesse Decreto, o prefeito destaca a necessidade de racionalizar e otimizar o espaço do Arquivo Público Municipal, definir prazos de guarda, distinguir os documentos considerados como correntes e/ou intermediários e a preservação do patrimônio documental, nas suas diversas finalidades, em consonância com o princípio de eficiência.

A Portaria da Controladoria Geral do Município (CONGEM) nº 002, de 2016, designou os servidores para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, para acompanhar a diminuição do acervo documental da PMM e o acondicionamento de toda documentação desta municipalidade no Arquivo Geral do Município.

É válido reforçar que o Arquivo é um órgão integrante de uma esfera do Executivo e, para compreender o seu cenário institucional, foi necessário conhecer o arcabouço da Prefeitura Municipal (PMM). O executivo (até o ano de 2016) está dividido por quarenta e três secretarias, uma autarquia e sete fundos.

Atualmente, o Arquivo Público de Macaé é vinculado à Controladoria Geral, uma posição hierárquica favorável ao contrário de outras realidades de arquivos municipais brasileiros.

Foram demonstrados nesta seção os aparatos legais publicados, ao longo de onze anos, sobre o cuidado com os documentos e com o Arquivo Público. Notou-se que a Lei Complementar de criação do Arquivo Geral - nº 051 de 2005- foi norteada pelo ato de criação, que consta no livro *Como Fazer 3 - Como Implantar Arquivos Públicos Municipais*. Diferenciando apenas nos cargos,

pois na obra mencionada o cargo atribuído era diretor e em Macaé optou-se por coordenador do Arquivo Geral.

Os mecanismos legais produzidos pelo município de Macaé demonstram preocupação com a aplicação da gestão de documentos, no intuito de visar a eficiência administrativa e estimular a burocracia em âmbito público. Conceitualmente, esses aparatos foram bem formulados e baseados em outros estudos sobre arquivos municipais. Não se pode afirmar a institucionalização do Arquivo Público de Macaé sem antes conhecer o seu cenário arquivístico.

À vista disso, foi imprescindível uma investigação mais criteriosa, assunto a ser debatido na seção 5, para entender e perceber se houve aplicação da legislação arquivística no Arquivo do município, durante o período de 2005 a 2016, bem como o desenvolvimento de atividades inerentes à gestão, preservação e acesso aos documentos.

5. O Cenário Arquivístico do Arquivo Público de Macaé

Para compreender o cenário arquivístico do Arquivo Público de Macaé foi necessária a aplicação de alguns métodos. Segundo Mills (1975, p.133 apud GONDIM, 2010, p.8), “quem detém o domínio da teoria e do método, tem consciência das suposições e implicações do trabalho que pretende fazer”. Minayo (1992) afirma que um bom método será sempre aquele que, permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. É válido afirmar que o método tem que ser possível de ser concebido.

Definiu-se a abordagem qualitativa com a finalidade de descrever, compreender e analisar os dados coletados. Gondim (2010) lembra que a pesquisa qualitativa busca a compreensão dos fenômenos por meio de instrumentos de natureza qualitativa (observação, participante, entrevista em profundidade, história de vida e outros). É importante salientar que é a natureza do objeto que definirá o método a ser implantado.

De acordo com o campo epistemológico da arquivologia, em especial com o objeto estudado neste trabalho, o Arquivo Público de Macaé, foi importante compreender como estava a situação arquivística após onze anos de sua criação. Para obter tal, foi necessária a aplicação de dois instrumentos de coleta de dados, sendo eles o roteiro de entrevista e o questionário, a fim de mapear os procedimentos existentes no Arquivo Público de Macaé.

Os eixos utilizados no questionário e na entrevista foram fundamentados na proposta de Evans e Ketelaar (1983) e distribuídos da seguinte forma:

a) **Apresentação geral/identificação-** demonstrar dados gerais sobre os entrevistados, tais como: data

do preenchimento, cargo, formação, tempo de atividade exercida no Arquivo e na prefeitura - pelo ator respondente, bem como outras informações pertinentes sobre o local de custódia do acervo, endereço e telefone.

- b) **Legislação e normas-** buscar informações relativas à aplicabilidade dos aparatos legais no Arquivo Público de Macaé. Procurou-se investigar se os mecanismos legais são utilizados; se existem outros instrumentos legais no município; se a formulação da Legislação arquivística de Macaé teve como base dispositivos legais de outros municípios, estados ou do plano federal; se há uma justificativa para a inexistência de um regimento interno; e se o Arquivo possui normas técnicas.
- c) **Recursos Humanos-** apresentar a quantidade de funcionários, as atividades exercidas por eles, as informações relativas à capacitação e treinamentos, assim como o salário médio dos servidores e dos terceirizados do Arquivo.
- d) **Recursos Tecnológicos-** verificar a quantidade de equipamentos tecnológicos existentes no Arquivo, realização de microfilmagem, utilização de *software*, e-mail institucional, intranet, sítio, documentos digitalizados e *backups*.
- e) **Edifícios e materiais-** averiguar as instalações do Arquivo Público de Macaé, tais como: configuração do imóvel, período em que ocupam o imóvel, eventualidades ocorridas, mecanismos de prevenção contra incêndio, total de salas disponíveis para a guarda de documentos e área destinada à armazenagem.
- f) **Características dos fundos custodiados-** inquirir a respeito das principais características dos fundos custodiados com relação à quantidade, data-limite, estágio de tratamento dos fundos, espécies sob guarda do Arquivo e existência de massa documental sem tratamento.
- g) **Funções Arquivísticas, Métodos e Processos de Trabalho-** mapear se as funções, as técnicas e os métodos arquivísticos foram e são executados pelo Arquivo Público.

A escolha por eixos é válida para compreender a estrutura arquivística, as funções exercidas pelo Arquivo Público, os métodos de guarda e preservação documental, dentre outras atividades inerentes ao campo arquivístico.

Para realizar a divulgação das informações coletadas na entrevista e no questionário, foi necessário que o antigo e o atual coordenador do Arquivo concedessem autorização. Para isso, ambos assinaram o *Termo de autorização de uso e imagem e depoimentos*.

Com a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, foi possível compreender que o Arquivo Público, no passado, alcançou certa importância na configuração estrutural do Executivo Municipal de Macaé, a partir da atuação política do antigo coordenador, na elaboração e articulação junto a atores do Executivo e do Legislativo, para a criação dos aparatos legais existentes.

Percebe-se, por meio das respostas obtidas na entrevista, que havia treinamentos no intuito de qualificar o antigo coordenador. O concurso público realizado no ano de 2004 foi outro marco com relação ao investimento de mão de obra especializada, ou seja, os cargos de Arquivologista e de Técnico de Arquivo foram contemplados, a fim de preencherem o corpo técnico funcional do então denominado Arquivo Geral do Município de Macaé. Os recursos materiais e tecnológicos disponíveis, mesmo não havendo orçamento próprio, eram suficientes e atendiam e supriam as necessidades da época.

Com relação à aplicação do questionário junto ao atual coordenador, no total de vinte e nove questões fechadas - formuladas em sim e não, 72,4% foram respostas negativas, ao passo que 27,6% foram afirmativas. Compreende-se que o Arquivo Público de Macaé carece de investimentos: humanos, tecnológicos, estruturais e funcionais, a fim tornar-se uma instituição arquivística, no verdadeiro sentido da palavra.

Os avanços alcançados no início da criação do Arquivo não foram capazes de superar as dificuldades encontradas na conjuntura atual daquele local, que poderia ser considerado como uma instituição arquivística. A falta de investimento nos recursos humanos, financeiros e materiais, corroboram para uma equipe desmotivada na realização das atividades, que atualmente se resume a apenas uma: atendimento à solicitação, organização para atender. O ambiente em que se encontra o Arquivo Público carece de políticas arquivísticas, para que consiga cumprir suas funções e obter visibilidade.

6 Conclusão

A temática acerca dos arquivos municipais no Brasil é pouco debatida pela comunidade acadêmica e pelo CONARQ, além de haver grande desconhecimento sobre como esses arquivos se organizam institucionalmente e arquivisticamente. O desconhecimento dessa realidade por inúmeros atores, do Estado e da sociedade, contribui para a permanência do descaso informacional.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi, primeiramente, reconhecer e apresentar o cenário arquivístico do Poder Executivo de Macaé, especificamente do seu Arquivo Público, no contexto da situação das instituições arquivísticas públicas

brasileiras, principalmente dos arquivos públicos municipais. Percebeu-se, assim, que, apesar de o Arquivo ter sido instituído por meio legal, ele ainda necessita de uma atuação no cenário do Poder Executivo, para que assim consiga desempenhar as funções de uma instituição arquivística pública municipal.

A configuração dos municípios brasileiros, após 1988, tornou-se um elemento norteador para contextualizar Macaé no panorama nacional. Foi identificado, assim, que o município estudado passou por um desenvolvimento notável, mas não planejou o seu espaço urbano e os serviços oferecidos. Motivo pelo qual apresenta inúmeros problemas, típicos de grandes centros urbanos.

A respeito da situação arquivística de Macaé, notou-se que o “recolhimento selvagem” ocorre com frequência no Arquivo Público de Macaé, ou seja, todas as secretarias do Executivo encaminham documentos para o Arquivo, apesar de não existir uma estatística realizada pelo Arquivo. Na aplicação do questionário, os respondentes informaram que esse órgão atua na transferência e no recolhimento de forma passiva, ou seja, de acordo com as demandas dos demais órgãos da Prefeitura; isto é, não há um trabalho conjunto com as secretarias, na conscientização e aplicação da Tabela de Temporalidade, criada no município por meio do Decreto nº211 de 2011. As secretarias entram em contato com o Arquivo e informam que precisam encaminhar alguns documentos para a guarda, pois não possuem espaço físico em suas estações de trabalho e, caso ele se recuse a receber, a Controladoria intervém e permite o recolhimento selvagem dos documentos. Fato este que acarreta uma visível massa documental, que não possui medição, exposta ao tempo e em locais inapropriados, além de todos os funcionários realizarem a mesma tarefa: atendimento à solicitação, porque há uma elevada consulta aos documentos sob custódia no Arquivo.

Desse modo, apesar da inexistência de infraestrutura nos locais de depósitos, os funcionários acabam remanejando outros documentos, a fim de receberem os novos para a guarda.

No momento da aplicação do questionário, a pesquisadora observou a importância e a necessidade de comunicar às demais secretarias alguns critérios para a transferência e o recolhimento dos documentos. Um dos servidores concordou com essa afirmação, de modo que, mesmo não estando prevista no questionário, surgiu a interrogação: como as secretarias irão encaminhar os seus documentos organizados se isso não é um requisito estabelecido pelo setor responsável pela custódia dos documentos arquivísticos? Entretanto, para que haja essa ação, necessita-se de conscientização e treinamento junto às secretarias sobre a importância de manter seus

documentos organizados, a fim de proporcionar eficiência administrativa.

O Arquivo Público de Macaé é um caso atípico de outras realidades arquivísticas do âmbito municipal, conforme verificado na literatura arquivística sobre arquivos municipais estudada, pois ele é munido de dispositivos legais que sugerem uma instituição arquivística minimamente estruturada.

Em concordância com isso, a Lei nº102, de 2008, que institui o Arquivo Público do Município de Macaé, bem como a Comissão Municipal de Arquivos contextualiza a gestão de documentos, reforça o objetivo do Arquivo- enquanto órgão do Poder Executivo- destaca o dever do Coordenador do Arquivo em formular uma política municipal de gestão de documentos e enfatiza a necessidade da Comissão Permanente de Avaliação. A legislação existente em Macaé, com relação ao cuidado com os arquivos, é considerada um avanço, no que concerne o contexto dos arquivos públicos municipais brasileiros.

Entende-se, então, a partir da aferição das respostas no roteiro de entrevista, que o Arquivo recebeu incentivo durante um tempo (2005-2008), além de ser, de certa maneira, atuante e reconhecido na estrutura da Prefeitura. Porém, ao longo dos anos, foi perdendo a sua capacidade de articulação com os demais setores do Executivo Municipal e, principalmente, com a secretaria à qual ele está vinculado – mesmo essa sendo uma secretaria bem posicionada na estrutura da Prefeitura.

Percebeu-se, também, que a simples existência de inúmeros mecanismos legais não corresponde ao desenvolvimento de uma política arquivística, pois a aplicação desses dispositivos é o que fornece o caráter político. Apesar da legislação arquivística existente em Macaé, o Arquivo necessita de maior institucionalidade e capacidade arquivística para exercer suas funções, nos termos da Lei 8.159 e do que se concebe como missão de uma instituição arquivística.

Após a defesa de mestrado (fim do ano de 2017), a pesquisadora realizou a abertura de um processo administrativo contendo algumas recomendações baseadas no modelo de ciclo de políticas públicas para o gabinete do prefeito e esse o direcionou para a Controladoria, local ao qual o campo empírico deste trabalho está vinculado.

No fim do ano de 2018, a autora só conseguiu obter retorno do processo citado no parágrafo anterior, porque fez a solicitação via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Atualmente, a sede do Arquivo Público de Macaé está em obras. A equipe do arquivo, entretanto, sofreu alterações, uma vez que duas pessoas foram transferidas para outros setores da prefeitura.

Diante disso, espera-se que esse estudo possa ser aprofundado por novas pesquisas de cunho acadêmico referente à realidade arquivística dos arquivos municipais brasileiros. Afinal, o arquivo municipal não representa apenas o local de memória do poder local, ele é um instrumento social para a busca de direitos e desenvolvimento da cidadania.

Notas

[1] Temática discutida na Ciência da Informação. Na arquivologia, o projeto de pesquisa do Professor Dr. José Maria Jardim intitulado: Governança Arquivística Contemporânea: trajetos e (re)configurações das políticas e sistemas públicos de Arquivos no Brasil sob novos cenários sociais e informacionais (1978-2018).

[2] Informações retiradas da Ata 52º da Reunião Plenária Ordinária do CONARQ, de 12/12/2008.

[3] Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[4] A proposta dessas alterações teve origem na I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ, em dezembro de 2011.

[5] O Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, fornece, por meio de preenchimento do formulário eletrônico, um código previsto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

[6] De acordo com Edmundo Zenha (1948), os homens-bons eram uma corporação de homens notáveis da localidade, que tomavam parte nas deliberações graves dos municípios e forneciam para as funções destes os respectivos membros.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO(ARQ-SP). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. 3. ed. São Paulo: Quipu, 2012.

BANDECCHI, Pedro Brasil. **O município no Brasil e sua função política**. 5. ed. São Paulo: Ed. Pannartz, 1983.

BRASIL, Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

BRASIL, Constituição (1891) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL, Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL, Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em 17 mai. 2019.

BRASIL, Constituição (1946) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em 15 mai. 2019.

BRASIL, Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 14 mai. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Emenda constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Senado Federal: Secretaria Especial de Informática, Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro, 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 Jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 17 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **1º Conferência Nacional de Arquivos Por uma política nacional de arquivos**. Brasília, DF, 2012. 50 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Ata 52º Reunião Plenária Ordinária do CONARQ. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/Atas/Ata_52_reuniao_plenaria_ordinaria_conarq_20081212.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Criação e desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <<http://www.conarqarquivosmunicipais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (Brasil). **Plano Setorial de Arquivos**. Brasília, DF, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Projeto de Revisão da Lei de arquivos proposta pelo CONARQ disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/noticias/Projeto_de_revisao_da_Lei_de_Arquivos.pdf> Acesso em 20 de maio de 2019.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** Imperatriz: Ética, 2016.

EVANS, Frank B.; KETELAAR, Eric. **Guía para la encuesta sobre los sistemas y servicios de la gestión de documentos y la administración de archivos: un estudio del RAMP**. Paris: UNESCO, 1983. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000550/055014sb.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2019.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Direito à informação**: acesso aos arquivos públicos municipais. 1996. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

GONDIM, Linda Maria Pontes. **A pesquisa como artesanato intelectual**: considerações sobre método e bom senso. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

INDOLFO, Ana Celeste. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**. 2013. 312f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

JARDIM, José Maria. A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153. ISBN 978-85-7983-266-6.

_____. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n.1, p. 35-49, jan./abr. 2013.

MACAÉ. **Lei Complementar nº 051, de 13 de julho de 2005**. Cria o Arquivo Geral do Município. Macaé: Câmara Municipal, [2005]. Disponível em: <http://sistemas.macaerj.gov.br:84/transparencia/legislacao>. Acesso em 03 fev. 2016.

MACAÉ. **Portaria nº 1218, de 09 de agosto de 2005**. Designa alguns servidores para constituírem Comissão encarregada e Analisar e Avaliar Prazos Documentais, para implantação da Tabela de Temporalidade Documental – TTD em todas as unidades da Prefeitura Municipal de Macaé, a contar de 01 de agosto de 2005. Macaé: Câmara Municipal, [2005]. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1311194757.pdf>>. Acesso em 19 out. 2015.

MACAÉ. **Portaria nº 512, de 07 de abril de 2006**. Designa alguns servidores a constituírem a Comissão Responsável pela Microfilmagem e Digitalização de Documentos do Arquivo Geral do Município de Macaé.

MACAÉ. **Lei Complementar nº 102, de 18 de abril de 2008**. Institui o Arquivo Público do Município e a Comissão Municipal de Arquivo. Macaé: Câmara Municipal, [2008]. Disponível em: <<http://sistemas.macaerj.gov.br:84/transparencia/legislacao>> Acesso em 05 mar. 2016.

MACAÉ. **Lei Complementar nº 164, de 28 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a reestruturação na Administração Pública Municipal. Macaé: Câmara Municipal, [2010]. Disponível em: <[http://sistemas.macaerj.gov.br:84/sim/midia/anexolegislaao/\(LC-164-2010\)_LC%20164-2010.pdf](http://sistemas.macaerj.gov.br:84/sim/midia/anexolegislaao/(LC-164-2010)_LC%20164-2010.pdf)>. Acesso em 05 mar. 2016.

MACAÉ. **Decreto nº 257, de 10 de novembro de 2009**. Designa os integrantes do Grupo de Trabalho para elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos. Macaé: Câmara Municipal, [2009]. Disponível em: <<http://sistemas.macaerj.gov.br:84/transparencia/legislacao>>. Acesso em 10 mar. 2016.

MACAÉ. **Decreto nº 279, de 27 de novembro de 2009**. Substitui integrantes do Grupo de Trabalho para elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos. Macaé: Câmara

Municipal, [2009]. Disponível em:
<<http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/transparencia/legislacao>>
. Acesso em 12 mar. 2016.

MACAÉ. Decreto nº 211, de 22 de novembro de 2011.
Dispõe sobre regulamentação da Lei Complementar Municipal nº 102/08 e institui a Tabela de Temporalidade dos documentos no âmbito da Administração Pública do Município de Macaé. Macaé: Câmara Municipal, [2011].
Disponível em:
<<http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/transparencia/legislacao>>
. Acesso em 12 mar. 2016.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Arquivologia brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

SOARES, Wilcinete Dias; ESPINOSA, Marcello. O Município na Constituição De 1988. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, v.1, n.000040, p.1-19, Ago. 2013. Disponível em:
<<http://semanaacademica.org.br/artigo/o-municipio-na-constituicao-de-1988>>. Acesso em: 14 out. 2016.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. **O Município de Macaé**: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre. 2001. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Econômica e Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SWATOWISKI, Cláudia Wolff. **Igreja Universal na “capital nacional do petróleo”**: considerações sobre as dinâmicas da comunicação de massa “a serviço de Deus”. 2006. 116 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Estado, governo e administração pública**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: Ed. Ipê, 1948.